

MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O ENCONTRO DE HISTORIADORES E HISTORIADORES DA CIÊNCIA.

Maria Amélia M.Dantes

Universidade de São Paulo

A incorporação dos temas da medicina e da saúde pública na produção historiográfica brasileira é recente mas tem se ampliado nos últimos anos, estando hoje presente em estudos sobre diferentes períodos da história brasileira e variadas regiões do território nacional.

É objetivo desta comunicação analisar os estudos, sobre estes temas, que vêm sendo realizados por historiadores brasileiros para o período da Primeira república.

História e História da Ciência

Os novos estudos mostram uma convergência de interesses de historiadores e historiadores da ciência, movimento que segue as mudanças que vêm ocorrendo a nível mundial e que está presente, de forma particularmente acentuada, nos estudos sobre a área médica.

À primeira vista pode parecer estranho diferenciar historiadores e historiadores da ciência mas a História da Ciência desenvolveu-se como uma disciplina fora do campo da pesquisa histórica, tendo permanecido mais próxima dos estudos filosóficos. Sobretudo porque, a partir da tradição iniciada pelos positivistas no século XIX, até os anos 1960, esta área voltou-se preferencialmente para as ciências naturais, vistas como neutras e objetivas e com desenvolvimento determinado por fatores internos, sem interferência de determinantes sociais¹

Foi preciso assim que a História da Ciência se modificasse e se aproximasse da História para ter início um verdadeiro diálogo entre historiadores e historiadores da ciência².

Mudanças mais profundas na área se deram a partir da obra de Thomas Kuhn, em especial de seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962³. Os debates dos anos 70, e a conceituação da ciência como uma atividade social, resultou em um grande crescimento da história social das ciências, radicalizada pela consideração de que mesmo o conteúdo científico está sujeito à ação de determinantes externos⁴.

No entanto, apesar desta “diluição” do objeto “ciência”, a História da Ciência manteve interesses e temas que lhe são específicos. Como as características do conhecimento científico, a produção e o estabelecimento de conhecimentos científicos, a institucionalização das áreas científicas, a profissionalização do trabalho científico, entre outros.

Vejamos a seguir o caso brasileiro.

História do Brasil e História das Ciências no Brasil

Nos últimos anos, os historiadores da ciência brasileiros têm se voltado para temas da história nacional. Neste movimento, estão acompanhando o quadro internacional, já que com a crítica à idéia de ciência universal e sua conceituação como uma atividade situada, ou contextualizada, a produção mais recente tem se caracterizado pela proliferação de estudos sobre a implantação das ciências nos diferentes contextos sociais⁵.

Assim, a História das Ciências no Brasil desenvolveu-se muito nos últimos anos e tem revelado uma dimensão ainda pouco conhecida da história brasileira.

Até os anos 1970, a visão dominante na área seguia os marcos estabelecidos pelo livro *As Ciências no Brasil*, editado por Fernando de Azevedo em 1955⁶, que defendia que as ciências experimentais- identificadas como “conhecimento científico por excelência”- só haviam se introduzido no país com as primeiras universidades, ou seja, nos anos 1930. Uma exceção seria justamente a área da Medicina, pela atuação de um grupo de médicos microbiologistas brasileiros do início da República, liderados por Oswaldo Cruz. Este marco seria endossado, ainda em 1976, pela historiadora norte-americana Nancy Stepan⁷.

Assim, a Primeira República, com suas instituições de medicina experimental, era vista como o marco fundador da implantação das ciências no Brasil.

Atualmente, estamos já bem distantes deste quadro, pois o grande desenvolvimento da área tem feito estes marcos recuarem, não apenas para o período imperial, como para momentos do período colonial. Para as mais variadas áreas científicas, apesar do grande destaque que vem sendo dado para as ciências naturais⁸

Uma primeira contribuição da nova historiografia, que queremos destacar, é assim o resgate de atividades que existiram no país em períodos mais recuados.

Também para o caso da medicina, isso tem ocorrido.

Medicina e Saúde Pública na Primeira República

Como vimos, a historiografia da ciência no Brasil trabalhou, até recentemente, com o marco republicano de implantação de uma medicina experimental no país.

O grande desenvolvimento dos estudos sobre práticas médicas no século XIX tem, no entanto, chamado a atenção para a existência, então, de grupos relativamente organizados de profissionais que acompanhavam o que ocorria na Europa⁹.

Assim, mesmo práticas microbiológicas- até recentemente vistas como uma conquista do período republicano brasileiro- têm sido detetadas no século XIX¹⁰.

No entanto, na produção historiográfica dos últimos anos, tem permanecido o reconhecimento do forte papel desempenhado pelas políticas de saúde na Primeira República. Só que, como veremos, temos hoje- em relação à produção dos anos 1980- uma visão bem mais diversificada deste processo.

Em especial, em relação à história da medicina brasileira e ao papel desempenhado pelos médicos, ocorreram nestes anos, mudanças significativas. Assim, nos anos 1980, a História da medicina brasileira era marcada por uma grande valorização da atuação dos médicos em sua luta contra uma “ignorância reinante” no país. De outro lado, parte da historiografia se voltou para a crítica à atuação dos médicos, vistos como instrumentos do estado no processo de organização da sociedade brasileira. Ou seja, visões extremadas da prática médica, que hoje estão sendo substituídas por visões mais nuanceadas.

Analisemos, então, algumas das características que nos parecem significativas, da produção mais recente.

1º) Políticas Públicas

A produção dos últimos anos tem reforçado o papel desempenhado pelas políticas sanitárias na Primeira República. Assim, como afirma Luiz Antonio de Castro Santos¹¹, a valorização do sanitarismo e do combate a epidemias era bastante generalizada no Brasil. As dúvidas apareciam em relação ao processo de implantação: envolvimento do Estado, modelos de ação sanitária, etc. A difusão deste ideário fica também evidenciada no estudo de Liane Bertucci sobre jornais operários, nos quais, estes grupos também defendiam o acesso mais generalizado da população aos progressos sanitários¹².

Mais ainda, os estudos sobre a atuação da Fundação Rockefeller no Brasil, a partir dos anos 1910, têm enfatizado que a questão do saneamento e do combate a epidemias era, nestes anos, um debate internacional¹³.

A nível interno, hoje temos uma visão bem mais matizada das políticas sanitárias dos vários estados brasileiros, que mostram, entre outras coisas, como o federalismo abriu uma brecha para sua diversificação. Assim, se inicialmente, a historiografia brasileira se voltou prioritariamente para o estudo da Capital Federal e a atuação do Instituto de Manguinhos¹⁴, o caso paulista tem, nestes anos, merecido grande atenção dos historiadores, que têm enfatizado o pioneirismo de seus governantes na área da saúde pública e seu sucesso no combate a epidemias e instalação de um aparato institucional que abriu espaço para práticas médicas na área da microbiologia¹⁵.

Também tem ocorrido uma ampliação dos estudos históricos sobre outros estados da federação como a Bahia, o Rio Grande do Sul, ou o Mato Grosso¹⁶.

Estes estudos enriquecem a visão que temos sobre as políticas sanitárias no início do período republicano, mostrando como, apesar da existência de um ideário sanitarista comum, diferentes práticas foram implementadas. As razões para tal, são buscadas, pelos vários autores, nas especificidades dos contextos sociais. Assim, Luiz Antonio Castro Santos chama a atenção para a coesão política e a não existência de uma tradição médica mais sólida em São Paulo para explicar o sucesso das medidas sanitárias. Enquanto vê justamente a situação oposta da Bahia- com sua fragmentação política e econômica e uma longa tradição médica conservadora- por trás das dificuldades de estabelecimento de uma política sanitária. Já Beatriz Weber, chama a atenção para a forte presença do positivismo em terras gaúchas para explicar a proliferação de práticas de cura populares, em um estado que manteve a liberdade profissional em sua constituição. Mesmo estando em oposição ao decreto federal de 1890 que estabelecia penalidades para a prática ilegal da medicina.

Mas, ultrapassando os primeiros anos do período republicano- sempre mais estudado pela vinculação entre epidemias e medidas sanitárias- novos estudos têm revelado as diferentes fases das políticas públicas de saúde na Primeira República.

Luiz Antonio Castro Santos, por ex., sublinha o crescente intervencionismo e a ênfase no saneamento rural do período pós Primeira Guerra. E Gilberto Hochman, em seu estudo muito elogiado, mostra como a questão sanitária se constituiu em um dos baluartes das ideologias nacionalistas e das políticas intervencionistas dos anos 1910 e 1920¹⁷.

2º) A Medicina e outras práticas de cura

Os estudos mais recentes sobre a História da medicina também têm mudado a visão sobre a atuação dos médicos brasileiros. Estudos sobre o Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo, têm mostrado que, nestes anos, o campo médico não era tão coeso como se supunha e que os vários organismos médicos do período- instituições de pesquisa, associações- sediavam grandes disputas sobre teorias e práticas médicas¹⁸.

Assim, Maria Alice R.Ribeiro, em seu estudo sobre a atuação do Serviço Sanitário de São Paulo mostra como neste quadro marcado por instituições bacteriológicas, as práticas de desinfecção, ligadas às antigas teorias miasmáticas, ainda eram as mais utilizadas¹⁹.

Estes caminhos historiográficos se dão assim já no quadro de mudanças da História da Ciência, que hoje vê as práticas científicas como resultantes de disputas que envolvem não apenas

questões internas, de caráter científico, mas também questões atinentes ao contexto social mais amplo.

Por fim, quero chamar a atenção para como, nos vários estudos, tem se destacado a permanência de saberes populares de cura, neste momento em que ocorria a crescente profissionalização do trabalho médico e a organização dos serviços de saúde pública. Como a variedade de práticas encontradas por Beatriz Weber no Rio Grande do Sul, José Carlos de Souza para o Mato Grosso ou Liane Bertucci para o período da gripe espanhola²⁰.

Finalizo chamando a atenção para as imensas possibilidades que continuam se abrindo, neste campo, para os historiadores do período republicano.

Uma vertente, que acabei não tratando, a dos estudos sobre epidemias, por exemplo, com sua grande vitalidade, está aí para mostrar como são esclarecedores sobre o cotidiano das práticas médicas no país.

¹ A partir dos anos 1930, por influência de autores soviéticos como Boris Hessen, historiadores europeus marxistas, passaram a defender uma história social da ciência. Mas, mantiveram a idéia da objetividade da ciência, ou seja, que determinantes sociais só atuavam em aspectos periféricos da prática científica;

² Como tradicionalmente a História da Ciência tratou mais de questões de caráter conceitual, outros historiadores, considerando que a área demandava conhecimentos técnicos, pouco se interessaram pelas ciências;

³ T.S.Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, The Univ. of Chicago Press, 1962; trad.bras., pela Ed.Perspectiva, São Paulo, 1975;

⁴ Um texto que trata dos desenvolvimentos mais recentes da História da Ciência e que busca um diálogo com os historiadores de outras áreas é: D.Pestre, “Por uma Nova História Social e Cultural das Ciências: Novas Definições, Novos Objetos, Novas Abordagens”, trad. brasileira, *Cadernos IG/UNICAMP*, Vol.6, nº 1, 1996, 3-56 (publicado na França na revista *Annales ESC*, vol.50, nº3, maio-junho, 1995);

⁵ Sobre o conceito de “ciência situada”, v. I.Löwy, “Universalidade da ciência e conhecimentos *situados*”, editado em português por *Cadernos Pagu*, 15, 2000, pp.15-38, Campinas, SP.

O XXI International Congress of History of Science, realizado em julho de 2001, na cidade do México, com suas inúmeras sessões sobre a ciência e a técnica nos mais variados contextos nacionais foi bem representativo desta tendência;

⁶ F. de Azevedo (ed.), *As Ciências no Brasil*, 2 vols, s.d., Ed.Melhoramentos, São Paulo (apesar de não datado, sua edição é remetida a 1955);

⁷ N.Stepan, *Beginnings of Brazilian Science. Oswaldo Cruz. Medical Research and Policy, 1890-1920*, 1976, New York, Science History Publ.;

⁸ Sobre o período imperial, v. A.Heizer & A.A.P. Videira (org.), *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, 2001, R.Janeiro, Ed.Access; sobre a nova historiografia, S.F.M. Figueirôa, “Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX)”, *Asclepio*, Vol.L, fasc.2, 1998, Madri, Ed.CSIC, pp.107-124;

⁹ A historiografia sobre a medicina brasileira do século XIX é tratada, neste evento, por Maria Rachel F. da Fonseca;

¹⁰ V., por ex., o estudo de Jaime Benchimol sobre o médico carioca Domingos Freire: *Dos micróbios aos mosquitos. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*, 1999, R.Janeiro, Ed.Fiocruz/UFRJ,;

¹¹ Castro Santos, L. A. de, “A reforma sanitária “pelo alto”: o pioneirismo paulista no início do século XX”, *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 36, no. 3, 1993, pp. 361-392;

¹² Bertucci, L. M., *Saúde: arma revolucionária. São Paulo. 1891-1925*, 1997, Publ.CMU/UNICAMP, Campinas-SP;

¹³ V., por ex., M.Cueto(ed.), *Missionaries of Science. The Rockefeller Foundation & Latin America*, 1994, Indiana Univ.,Press;

¹⁴ Benchimol, J. (coord.), *Manguinhos do Sonho à Vida. A Ciência na Belle Époque*, 1990, COC-FIOCRUZ, R.de Janeiro;

¹⁵ V. entre outros: Castro Santos, L. A. de, “A reforma sanitária “pelo alto”: o pioneirismo paulista no início do século XX”, *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 36, no. 3, 1993, pp. 361-392; Telarolli Jr, R., *Poder e Saúde. As Epidemias e a Formação dos Serviços de Saúde em São Paulo*, S.Paulo, Ed. UNESP, 1996; Almeida, M., *A República dos invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917)*, Mestrado, 1998, FFLCH-USP, S.Paulo; Almeida, M. & Dantes, M.A.M., “O Serviço Sanitário de São Paulo, a saúde pública e a microbiologia, In Dantes, M. A. M. (org.), *Espaços da Ciência no Brasil. 1800-1930*, 2001, Rio de Janeiro, Ed.Fiocruz, pp. 135-155; Ribeiro, M. A. R., *História sem Fim... Inventário da Saúde Pública. São Paulo, 1880-1930*, 1993, S.Paulo, Ed.UNESP;

¹⁶ Castro Santos, L. A. de, “As origens da reforma sanitária e da modernização conservadora na Bahia durante a Primeira República”, *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 41, no. 3, 1998, pp. 593-633; Weber, B. T., *As Artes de Curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense- 1889-1928*, 1999, Bauru/Santa Maria, EDUSC/ UFSM; Souza, J. C. de, *Sertão Cosmopolita. A modernização de Corumbá (1872-1918)*, 2001, Doutorado, FFLCH-USP, S.Paulo;

¹⁷ Castro Santos, L. A. de, “O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”, *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28, no. 2, 1985, pp. 193-210; Hochman, G., *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*, 1998, São Paulo: Editora HUCITEC, ANPOCS;

¹⁸ V., por ex., Teixeira, L. A., *A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. 1895-1913*, 2001, Doutorado, FFLCH-USP;

¹⁹ Ribeiro, M.A.R., *Op.Cit*;

²⁰ Weber, B., *Op.Cit*; Souza, J.C., *Op.Cit*; BERTUCCI, L. M., *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*, IFCH-UNICAMP, 2002;